

<http://www.qir.com.br/?p=7193>

Escrito 15 de outubro de 2010 at 11:53 por [marisa](#)

## Educação e Liberdade

Categoria [Filosofia & Ético](#) [comments](#)



Educar não é instruir, infundir bons modos, exigir austeridade, respeito pelos superiores ou propagar a conformidade. Educado não é aquele que desempenha papéis de acordo com as convenções. Este é um sujeito que representa o que dele se espera, educado para sujeitar e ser sujeitado.

No século XVI um jovem chamado Etienne de La Boétie escreveu um opúsculo chamado *O discurso da servidão voluntária*, no qual defendia a liberdade como princípio da existência. Questionava o que chamou por servidão voluntária, ou seja, o ato de alguém sujeitar-se, deliberadamente, a uma autoridade superior. E perguntava: até quando perdurará essa nossa covardia?

Desde crianças as pessoas são ensinadas a acreditar na autoridade superior como verdade inquestionável. Acreditam nos pais, governantes, padres e pastores, patrões, médicos, advogados e professores a partir de uma sociabilidade baseada no respeito à hierarquia – o que antecede qualquer ato de contestação acerca da vida no planeta, ao mesmo tempo que exige a reposição posterior da autoridade centralizada.

Estamos falando de uma educação que gira em torno do soberano centralizado, chama-se rei ou representante. E como sua existência parametra as relações entre pessoas, no limite, tolera-se o questionamento de sua autoridade e a legitimidade substituição.

A convenção acerca da justiça pautada na racionalidade jurídico política que gradativamente instituiu o acesso à igualdade política fez deslizar a autoridade do rei, dos aristocratas e do clero, para o que se convencionou chamar de povo, uma categoria que agrupa os segmentos e classes sociais ao mesmo tempo que dissolve as diferenças na unidade. Formou-se o que La Boétie designou por UM, em um outro tempo histórico. No lugar do rei, o povo; da tradição baseada na hereditariedade, a racionalidade individual; e afirmou-se um novo lugar para o passado.

Não tardou para que, no século XIX, em nome da restauração do passado (aristocracia), da afirmação do presente como eternidade (burguesia) e da solução das desigualdades socioeconômicas no futuro (socialistas) explodissem as tensões, fazendo aparecer a ditadura – como forma exacerbada da autoridade como viemos a vivê-la no século XX –

e o discurso moderno sobre a justiça social, compartilhado por anarquistas e comunistas.

A ditadura apareceu sob a forma de nazismo e fascismo exigindo um Estado nacional capaz de se colocar acima das pessoas e dos demais Estados. O resultado foi a guerra mundial. Da mesma maneira, o socialismo proposto por Marx levou primeiro os bolchevistas ao governo da Rússia e depois à sua expansão pela Europa, com o final da II Guerra. Logo ele se propagou pela Ásia, depois da ascensão dos comunistas na China, e chegou à América Latina e África entre o final dos anos 1950 e início dos 70. Se, por um lado, a vitória aliada na II Guerra extirpou os diversos regimes fascistas, por outro lado, ela opôs os vencedores socialistas e democratas, até que, com a derrocada do socialismo pela introdução do neoliberalismo, desde os anos 70, restou a idéia de democracia como valor universal. Contudo a defesa de tal valor ocultou e camuflou as mais diversas formas de autoritarismo, como foram as ditaduras militares na América Latina, dos anos 70 e 80, em nome da verdadeira representação democrática, da justiça social ou da liberdade de mercado.

A história nos mostra que os soberanos se instituem como base numa autoridade centralizada e hierarquicamente organizada e que, em nome da justiça legal ou da justiça social, fizeram progredir as mais diversas formas de arbitrariedades sobre a liberdade das pessoas, muitas vezes em nome da própria democracia representativa.

A substituição de soberanos não nos leva, portanto, além da própria continuidade da autoridade centralizada para quem devemos prestar contas de nossa vida pagando impostos, declarando nossas intenções políticas através do voto (muitas vezes obrigatório) para que outras pessoas representem-nos, reprimam-nos, eduquem-nos. David Thoreau, em *Resistência ao governo civil*, escrito em 1849 – após uma noite na prisão por recusar-se a pagar impostos desviados para interesses de guerra, afirma que os legisladores, políticos, ministros e funcionários servem ao Estado com a cabeça, ou seja, servem tanto a Deus quanto ao diabo. Servem a qualquer soberano. Resta saber se há um melhor soberano.

A história nos mostra que a democracia é sempre preferível à ditadura – com isto também concordava o anarquista Pierre-Joseph Proudhon, em *O princípio federativo*, escrito em 1863, quando argumentava a respeito das diferenças entre os regimes de autoridade (comunismo e monarquia, baseados nas decisões centralizadas) e os regimes de liberdade (baseados na divisão de poderes e descentralização, no qual incluía a democracia e a anarquia), ressaltando que o Estado é sempre usurpação da liberdade. De acordo com esta constatação, qualquer soberano que se instale no governo vindo do exterior a nós mesmos (e não somente os que vêm do estrangeiro, como invasores) e pretenda colocar-se acima de nós, chame-se democrata, socialista, sacerdote ou cientista, será um tirano, como bem sublinhou Mikhail Bakunin em *Deus e o Estado*, escrito em 1871, mas publicado pela primeira vez em 1882. Como afirmava Thoreau, **“o Estado não confronta intencionalmente o senso de um homem moral ou intelectual, mas apenas seu corpo, seus sentidos. Não está armado como a superioridade intelectual ou moral, mas com a superioridade da força física”**.

A maioria nunca é justa aos olhos da minoria, podendo desviar-se para a exigência da unanimidade, assim como o governo de minoria, mesmo em nome da maioria desliza para a ditadura, e isso leva a postular a cidadania como recusa à condição de súditos!

Educar para a soberania centralizada é educar justificando o uso da força. Ela precisa ser contida num determinado lugar. Seu uso nas várias relações de soberania encontra no Estado a autoridade para dispor dela como monopólio e legitimidade. De cima para baixo na hierarquia, vão-se definindo os poderes do monopólio da força: abaixo do Estado (regulamentado pela Constituição), os pais (regulados pelos Códigos Penal e Civil) e, depois, os diversos níveis em que o uso da força é intolerável e para os quais o Estado moderno, como medida de proteção, utiliza os aparatos repressivos. De baixo para cima legitima-se um discurso que se fundamenta em saberes que caracterizam a natureza original violenta do homem. E, neste trânsito, a competitividade, liberta da arbitrariedade do uso da força monopolizada no Estado, emerge como potencializadora de talentos no interior que devem ser preservados do exterior. Para a segurança interna haverá a polícia, o hospício, o internato e, muitas vezes, a escola e os próprios pais e parentes; para a segurança externa, mas podendo ser utilizadas a qualquer momento internamente, sempre haverá funções para o exército. A educação baseada no princípio da soberania centralizada exige obediência: é a educação para o medo!

**Referência:**

**PASSETI**, Edson. **Anarquismo e sociedade de controle**. São Paulo: Editora Cortez, 2003. Pg. 74 a 77 – foto: [sembrunoleandro.blogspot.com](http://sembrunoleandro.blogspot.com)